

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE HISTÓRIA**

ELISETE SOARES RONCHI

**IMIGRAÇÃO, POVOS XOKLENG E INFÂNCIA: RELATOS E DISCUSSÕES (SUL
DE SANTA CATARINA 1880-1920)**

**CRICIÚMA
2015**

ELISETE SOARES RONCHI

**IMIGRAÇÃO, POVOS XOKLENG E INFÂNCIA: RELATOS E DISCUSSÕES (SUL
DE SANTA CATARINA 1880-1920)**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
para obtenção do grau de Licenciada no curso
de História na Universidade do Extremo Sul
Catarinense – UNESC.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli de Oliveira Costa

**CRICIÚMA
2015**

ELISETE SOARES RONCHI

IMIGRAÇÃO, POVOS XOKLENG E INFÂNCIA: RELATOS E DISCUSSÕES (SUL DE SANTA CATARINA 1880 – 1920)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciada, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, com Linha de Pesquisa em História Local, regional e do ambiente de vida.

Criciúma, novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Marli de Oliveira Costa – Doutora – UNESC – Orientadora

Prof. Carlos Renato Carola – Doutor – UNESC

Prof.^a Michele Gonçalves Cardoso – Mestre – UNESC

Dedico este trabalho à minha querida família,
pelo apoio incondicional nos momentos difíceis,
que me mostrou que mesmo com sequelas,
viver plenamente nossos sonhos é possível.
Basta ter fé!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, por conceder aos alunos e alunas, a oportunidade de realizarem o sonho de ingressar em uma Universidade, graças às bolsas de estudos disponibilizadas.

Ao apoio incondicional de minha família, pela paciência que tiveram comigo, por entenderem minha ausência durante todo processo de pesquisa para construção deste trabalho, por acreditarem na minha escolha, a qual contribuiu para me tornar na pessoa que sou hoje. Amo vocês!

À minha insubstituível amiga Gisele Campos, pela força e motivação diante das dificuldades na construção da pesquisa.

À minha amiga Joeinne Hoffmann, que esteve presente em minha vida e durante toda a graduação, me auxiliando e me dando forças para que eu prosseguisse nessa jornada, que em muitos momentos se tornaram árduas.

Muito obrigada a todos os professores do curso de História. Com vocês aprendi muito nestes quatro anos de graduação. À minha orientadora Marli de Oliveira Costa, nossa amada LILI, pelo empenho e dedicação. Obrigada ao professor Carlos Renato Carola, selecionado para pré-banca, pela disponibilidade que muito contribuiu com seu indiscutível conhecimento. Meu muitíssimo obrigada à professora Gislene Camargo, pelos materiais disponibilizados a mim para realização deste trabalho. Obrigada à sempre prestativa Zeli, secretária do Departamento de História.

E por fim, às amizades que fiz no curso, em especial: Júnior, Patrícia, Bruna, Ângela, Marilene, pessoas estas que, ao longo destes quatro anos, permaneceram firmes ao meu lado, demonstrando serem verdadeiros amigos e amigas, posso dizer que minha conquista também é vocês.

O preço do silêncio é pago na dura moeda corrente do sofrimento humano. Fazer as perguntas certas constitui, afinal, toda a diferença entre sina e destino, entre andar à deriva e viajar.

Zygmunt Bauman

RESUMO

Este estudo aborda a presença das crianças filhas de indígenas Xokleng durante o processo de colonização europeia no fim do século XIX e início do século XX no sul de Santa Catarina. Para tanto, foi necessário revisitar a história do processo de colonização, por meio de pesquisa bibliográfica. O objetivo do trabalho é oferecer visibilidade à infância Xokleng no período abordado. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e leitura de relatos inscritos por alguns memorialistas do sul catarinense. Os referenciais utilizados foram: conceito de infância e criança e história da colonização catarinense. Percebe-se com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que, enquanto o mundo criava leis de proteção à infância, as criancinhas, filhas dos indígenas eram violentamente arrancadas de suas famílias e mortas.

Palavras-chave: Povos Xokleng. Infância Indígena. Processo de colonização.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região Sul do Brasil.....	17
Figura 2 – Crianças Xokleng.....	35
Figura 3 – Martinho Bugreiro e suas vítimas.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
ISA	Instituto Socioambiental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA DO SÉCULO XIX E OS ÍNDIOS XOKLENG.....	12
2.1 SOBRE O GRUPO INDÍGENA XOKLENG.....	13
2.1.1 Onde e como viviam esses grupos.....	14
2.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO.....	18
2.3 O ENCONTRO ENTRE IMIGRANTES E INDÍGENAS.....	21
3 A INFÂNCIA DAS CRIANÇAS FILHAS DOS XOKLENG NOS REGISTROS DOS MEMORIALISTAS.....	27
3.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	27
3.2 AS FAMÍLIAS XOKLENG NOS RELATOS DE MEMORIALISTAS.....	29
3.3 QUESTÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	31
3.4 PERSEGUIÇÕES, MORTES E ADOÇÕES.....	34
4 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata da infância indígena Xokleng, por meio dos relatos encontrados em estudos de alguns memorialistas e pesquisas acadêmicas.

A escolha por essa temática deu-se em função da grande paixão despertada durante algumas aulas ao longo da graduação pelas questões relacionadas à infância. E, acima de tudo, pelo comprometimento que o Curso de História apresenta com relação aos povos indígenas, realizando, de dois em dois anos, a Semana Indígena. Uma paixão que se concretizou após as saídas de campo, em visitas às aldeias, onde pudemos ter contato com esses povos, com sua cultura, seu modo de vida, a preocupação dos mesmos com a grande influência que a sociedade passou a exercer junto ao seu povo e as regras que os “não índios” buscam impor em sua sociedade.

O objetivo geral deste estudo é oferecer visibilidade às infâncias das crianças filhas dos Xokleng, no período da imigração europeia para Santa Catarina, no final do século XIX e início do século XX. Como objetivos específicos destacam-se: Apresentar o contexto do processo de imigração europeia para o sul catarinense no final do século XIX e início do século XX; mostrar como viviam os povos indígenas nesse espaço antes da imigração; perceber as estratégias utilizadas pelos governantes e colonos para a eliminação dos indígenas e discutir os relatos acerca dessas experiências, qual seja, o encontro entre os dois grupos.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos foi a análise bibliográfica. Foram selecionados alguns livros escritos por memorialistas locais, produções acadêmicas, como trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado, teses e artigos científicos.

Dos registros dos memorialistas destacam-se: Tragédia Euro-Xokleng e Contexto (2002) do Padre Dorvalino Eloy Koch; A obra “História do grande Araranguá” (1997) do Padre João Leonir Dall’Alba; O livro “A História de Araranguá” (2005), de Paulo Hobold ; “Santa Catarina, 100 anos de história” e “Do povoamento à guerra do contestado” (1997), dos irmãos Celestino Sachet e Sérgio Sachet; “Imigrantes” (2005) e “Os Imigrantes no confronto com os índios” (2005) do Monsenhor Quinto Baldessar e “Imigração Italiana” (1978), do Monsenhor Agenor Neves Marques.

Nas discussões acadêmicas foram usados: Selau (2010); Antunes (2006); Santos (1973; 1997 e 1975); Silveira (2011), Lavina (1994; 1999) e Goulart (1988).

As primeiras obras são registros memorialistas de pessoas que buscaram deixar registradas histórias que ouviram, sem o compromisso acadêmico de problematizarem-nas. Foram necessárias leituras acadêmicas para compreender tais relatos. Esse trabalho apresenta-se como uma abordagem qualitativa e se enquadra na linha de pesquisa “História Local, regional e do ambiente de vida”.

O estudo foi dividido em dois capítulos, o primeiro capítulo intitulado: “A imigração europeia do século XIX e os índios Xokleng” aborda as razões que levaram os imigrantes europeus a buscarem outros meios de vida na América, qual o interesse das Companhias de Imigração em encaminhar o povoamento da região sul de Santa Catarina, apresenta também a vida dos Xokleng, exteriorizados não só pelas Companhias de Imigração, mas pelo governo que negligenciou a informação da existência de índios nas terras que os imigrantes iriam ocupar.

O segundo capítulo, denominado “A infância das crianças filhas dos Xokleng nos relatos dos memorialistas” analisa como as crianças filhas dos Xokleng foram vítimas do processo de colonização, observando que tipo de tratamento elas receberam no momento do encontro entre colonizadores e índios, pois, como consta em algumas obras, estas crianças filhas dos indígenas foram brutalmente assassinadas.

2 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA DO SÉCULO XIX E OS ÍNDIOS XOKLENG

Nesse capítulo busco mostrar como se deu a imigração europeia do século XIX para o sul de Santa Catarina, bem como o encontro dos imigrantes com os grupos nativos que viviam nesse espaço.

Assim como acontece na atualidade, vários brasileiros deixam seu país em busca de melhores condições de vida em países europeus e muitas vezes encontram dificuldades em seu destino. O imigrante europeu também fez essa mesma escolha, quando de sua vinda para a América. Devemos entender então, que o ato de imigrar significa nada mais que um movimento de entrada, com objetivo permanente ou temporário, com a finalidade de trabalhar e fixar residência de pessoas ou populações, de um país para outro.

Podemos perceber que vários fatores contribuíram para a vinda dos imigrantes europeus, sendo um deles, facilitado pelas próprias medidas do governo, como relatam Guizzo e Pirola (s/d): “A política de colonização durante a regência de D. Pedro II no Brasil motivou muitos europeus a vir estabelecerem-se na região Sul”. Sobre o processo de imigração para o sul do estado de Santa Catarina, Ferreira coloca:

A imigração italiana para o sul catarinense foi ocorrendo quando o governo imperial nomeia, em 1876, o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira para instalar e organizar uma colônia no Vale do Tubarão. Assim, em 1877, era fundado o núcleo colonial de Azambuja, seguida por Urussanga em 1878 e Criciúma em 1880. (FERREIRA apud ZANELATTO, 2011, p. 26).

A partir desse momento, começou a se intensificar a chegada de imigrantes. A maioria deles não tinha conhecimento da real situação que encontrariam nas terras que haviam adquirido junto às Companhias de Colonização. “Em Criciúma (1880) e Cocal (1885), os lotes foram distribuídos de tal modo que cada italiano se encontrasse entre um polonês e um brasileiro” (DALL’ALBA apud ZANELATTO, 2011 p. 30).

Algumas colônias tiveram dificuldades em se desenvolver por diversas razões, entre elas, os problemas relacionados à falta de apoio das Companhias Colonizadoras. De acordo com Zanelatto (2011), os colonos do sul do estado sentiam-se espezinhados pelos demais habitantes da região e autoridades diretamente envolvidas no gerenciamento das colônias e, de outra parte, também se

sentiram abandonados política e economicamente pelo governo do Estado.

Uma das dificuldades foi o fato de encontrarem os indígenas habitando as terras que lhes foram destinadas pelo governo. Quem eram esses indígenas?

2.1 SOBRE O GRUPO INDÍGENA XOKLENG

De acordo com Santos (1973, p. 30), das denominações usadas para caracterizar esse grupo tribal, há o termo Xokren, que assim como Xokleng, significa taipa de pedra, da mesma forma que o termo Kaigang, também utilizado para designar os Xokleng, o qual significa apenas “homem”, “qualquer homem”. Outro termo é Botocudo, esse termo provém do fato de usarem um enfeite labial conhecido como “Tembetá” na parte inferior dos lábios, por parte dos membros adultos do sexo masculino. Segundo Santos (1973), embora o termo Botocudo tenha sido usado no intuito de menosprezar o indígena, os mesmos acabaram se identificando com o termo. Ainda eram conhecidos por “coroados”, por trazerem o corte do cabelo imitando a coroa (KOCH, 2002, p. 71). Também foram denominados de “bugres” pelos colonos.

O Monsenhor Quinto Davide Baldessar diz que “Botocudos” eram índios de uma tribo que vivia no oeste de Santa Catarina e do Paraná, nas regiões dos Iguaçi, Peperiguaçu e Uruguai. Os italianos adaptaram a palavra ao seu modo, substituindo a palavra original para bugres, “Bulgheri” ou então “Botocudi”, mas este termo pode também sofrer variações, dependendo da região. “O termo bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio [...] tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de selvagem e inimigo” (SANTOS, 1973, p. 30).

Assim, a representação de bugre atribuída aos Xokleng é construída conforme as práticas vivenciadas pelos colonos, tendo como referencial suas experiências culturais, reconhecendo as diferenças entre eles e os Xokleng.

Selau (2010, p. 146) expõe que o referido termo foi usado também para designar o nome dado aos caçadores de índios contratados pelos “colonos” para matar os indígenas. Esses caçadores ficaram conhecidos como “Bugreiros”, caçador de índios ou “líderes de batidas”. O mais conhecido Bugreiro de Santa Catarina foi Martinho Marcelino de Jesus ou “Martinho Bugreiro”, que geralmente conheciam todos os caminhos, trilhas e abrigos indígenas.

Ainda com base em Santos, o Bugreiro tornou-se profissão, a pedido do governo, no intuito de expandir o capitalismo na América (1997, p. 27). A apresentação do Bugreiro como herói está fundamentada na ideia de que todos faziam sobre a condição animalesca do índio. Segundo Santos, nenhuma das denominações realmente designa o grupo tribal Xokleng. O grupo não tem uma autodesignação, a preocupação de nominar o grupo é dos civilizados e não dos índios (1973, p. 31).

2.1.1 Onde e como viviam esses grupos

Nem sempre os Xokleng viveram na floresta do leste catarinense, onde era denominado seu *habitat*. Seu *habitat* primitivo parece ter sido os campos do planalto, onde viviam em aldeias, dedicando-se à caça e mantendo uma agricultura que tinha o milho como produto principal (SANTOS, 1973, p. 37).

No século XIX, os Xokleng dominavam toda área da floresta que encobre a área localizada entre o litoral e a encosta do planalto, desde as proximidades de Porto Alegre (RS) até Paranaguá (PR). Essa área somente começou a ser sistematicamente desbravada a partir do momento em que se iniciou a colonização no sul do país, em 1824 (SANTOS, 1975, p. 21).

Os Xokleng dividiam-se em grupos formados com integrantes em torno de 50 a 300 indivíduos, o que facilitava seu modo nômade¹ de vida e se localizavam em vários lugares. No século XIX, havia pelo menos três grupos Xokleng, sendo que o primeiro grupo localizava-se no alto vale do Itajaí, o segundo grupo ocupava as cabeceiras do Rio Negro, na atual fronteira de Santa Catarina com o Paraná, o terceiro dominava o sul, com base nos vales do Capivari e Tubarão (SANTOS, 1973, p. 32).

Nivaldo A. Goulart, ao reportar-se sobre a vinda dos colonizadores, coloca que “com o perigo do litoral, os Xokleng se dirigiram para o interior, já no planalto, foram os criadores de gado que impediram as andanças pela serra para coletas de pinhão e caça” (GOULART, 1988, p.16). Para Santos (1973, p. 33), “a dependência da caça fazia com que os mesmos fossem obrigados a dominar um enorme território”.

¹ Compreende-se porém que esse termo não é adequado para o modo de vida Xokleng, que possuía o sentimento de vínculo com a terra com o mesmo sentido dos colonos.

Vale lembrar que, ao longo da história do Brasil, os indígenas foram vistos, não apenas como animais, mas como um mal que deveria ser combatido por impedir o progresso.

No entanto, possuíam um modo de vida diferenciado. De acordo com as referências usadas neste estudo, uma das características dos índios Xokleng era a constante circulação pelo território. Segundo o arqueólogo Rodrigo Lavina, “em relação ao nomadismo, os dados recolhidos parecem indicar que tenha existido desde a pré-história da região” (LAVINA, 1994, p. 113).

O arqueólogo refere-se às características dos vários grupos que viviam em Santa Catarina. Ele afirma que essas diferenças foram identificadas pelo tipo de assentamento existente nos sítios arqueológicos, e “poderiam ser explicadas pelas diferentes estratégias de subsistência utilizadas em cada uma das regiões (LAVINA, 1994, p. 114). Quanto aos Xokleng históricos, seus sítios arqueológicos apresentam diversos tipos de assentamento,

[...] conforme a atividade desenvolvida no momento. Assim, a frequência de determinado artefato ou resto faunístico em diferentes sítios arqueológicos implantados ou não na mesma região, poderia indicar ocupações diferenciadas de um mesmo grupo, conforme esta ocupação tenha como objetivo principal a caça, a coleta ou atividades cerimoniais (LAVINA, 1994, p. 114).

Rodrigo Lavina (1994) ainda destaca que a necessidade de estarem sempre em busca de alimento fazia com que esses grupos constantemente se deslocassem.

Segundo Antunes (2006), os Xokleng viviam nas encostas do planalto e nos vales litorâneos, geralmente suas moradias possuíam pouca durabilidade, visto que eram fabricadas para pouco tempo. Eram casas fechadas e cobertas por palhas, não possuíam janelas, somente portas laterais (ANTUNES, 2006, p.14). Rocha (2005, p. 43), ao reportar-se sobre a circulação dos grupos, coloca que “todo percurso dos Xokleng era feito em grupo. Esses grupos caminhavam até chegarem ao seu destino”.

Selau, por sua vez, descreve a ocupação do território dos Xokleng afirmando que:

Na primavera procuravam estar onde era possível conseguir caça e os frutos típicos da estação. Os Xokleng ocupavam habitações feitas para

pouco tempo de acampamento, viviam nas florestas, de onde retiravam o que precisavam para o sustento (2010, p. 29).

Fazia parte de sua rotina estarem próximos às bordas do Planalto Catarinense, onde aproveitavam o pinhão e as caças para alimento.

Após essa longa caminhada, os mesmos montavam seus acampamentos nas proximidades da foz do Rio Araranguá, tendo uma pequena distância da orla do atlântico, ali passavam o verão, alimentando-se de peixes de água salgada, moluscos e crustáceos. (LAVINA, 2005, p. 79).

Os Xokleng viviam praticamente das florestas em que habitavam, delas retirando todo o sustento. O pinhão, para eles, sempre foi a maior dádiva da natureza. Dorvalino Eloy Koch, em sua obra “Tragédias Euro-Xokleng e contexto”, narra que “com o auxílio de um cipó ou de uma taquara flexível, o índio escalava o pinheiro até o topo e despencava as pinhas. O pinhão também atraía toda sorte de pássaros e animais, a favorecer caça abundante e fácil” (2002, p. 214).

Para Hobold, durante todo o percurso até as proximidades da planície, o grupo descia as variações acidentadas dos morros repletos de pinheiro - araucária e se alimentavam de pinhão durante o inverno. Entretanto, ainda em sua análise, Hobold, expõe que estes movimentos dos Xokleng eram motivados pelo clima da região.

Após os meses de intenso frio no planalto, compensado pela abundância de alimento, os Xokleng preparam-se para mais um deslocamento em sua vida nômade, e iniciam a descida dos contrafortes da serra para a montagem de acampamento no litoral (Hobold, 2005, p. 40).

A narrativa de Hobold, faz com que imaginemos a paisagem em que viviam esses grupos. Ele fala também que, ao chegar a primavera, outra configuração de cores se espalhava por toda a floresta, que essa imagem se estendia do planalto até a planície sul.

Santos ressalta que os Xokleng não possuíam a cultura de criar meios para vencerem as correntes de águas mais volumosas. Adaptaram-se as situações impostas pelo ambiente e, especialmente pelo clima de insegurança que deviam viver, em virtude das constantes lutas com outros grupos indígenas. Foram incapazes de desenvolver uma agricultura de subsistência nas florestas, adaptaram-se, contudo, às novas situações impostas pelo ambiente e, especialmente pelo clima

de insegurança que deviam viver, em virtude das constantes lutas com outros grupos indígenas.(1973, p. 38). Pois viviam separados em grupos, que quase sempre mantinham disputas entre si.

A família, o sexo, o nascimento de crianças, a vida em grupo, a parceria nas atividades de caça e coleta, a divisão dos alimentos, as festas, as disputas e a morte faziam parte do cotidiano. Não tinham uma autodenominação específica. Identificavam-se a si próprios como “nós” e a todos os estranhos como os outros. (SANTOS, 1973, p. 435).

Os índios, mesmo os botocudos, não permitiam a invasão de suas terras por outras tribos. No entanto, quando chegou o imigrante, o comportamento foi outro, o que beneficiou o lado do invasor, que se sentia sempre mais encorajado de avançar mais um pouco (BALDESSAR, 2005, p. 177).

Embora estes povos tenham sido qualificados como selvagens, e de difícil convivência, na visão dos imigrantes e seus descendentes, havia entre eles um respeito quanto ao território de cada grupo.

O índio, por sua vez, sabia que aos poucos deveria abandonar seu habitat, em procura de outro. Já estava habituado. Mas para ele também não seria muito fácil porque os diversos grupos tribais também tinham suas áreas reservadas e que não podiam ser invadidas (BALDESSAR, 2005, P. 178).

Na Figura 1 observa-se o mapa com os locais por onde os “Xokleng” faziam suas incursões e geralmente montavam acampamentos:

Figura 1 – Mapa da Região Sul do Brasil



Fonte: Santos (1973, p. 36).

De acordo com o arqueólogo Rodrigo Lavina, para que fosse garantida a alimentação a todo grupo, tornava-se necessário “que este grupo tivesse um trânsito intenso entre as regiões serranas, rica em pinhão no inverno e o litoral do Estado (LAVINA, 1999, p. 79).

Esses grupos faziam da caça e da coleta a base de seu regime de vida. Fora disso, o Xokleng habituou-se a dormir ao relento, sob as copas das árvores, baseado em seu modo de vida e assim, não possuem local fixo de moradia. Para Selau, os índios que estavam acostumados a percorrer toda a região do planalto catarinense e descer para o litoral em busca de caça e frutos para a coleta recusou-se a conviver de maneira civilizada com o homem branco, que agora se tornava dono de suas terras (2010, p. 143).

No entanto, o modo de vida dessa população sofreu com a chegada dos primeiros imigrantes. Não só o território dos índios Xokleng sofreu mudanças com a chegada dos imigrantes, mas muitos dos seus hábitos sofreram modificações. Para Santos (1975), os Xokleng somente deixaram de fazer suas incursões a esta área quando ela foi tomada pelas fazendas de criação e pelos roçados dos colonos.

2.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

O processo de colonização do século XIX no Brasil deu-se em função de fins militares de ocupação do território, política de “branqueamento” da população e de modernização da economia. O fim da escravidão nesse século exigiu a substituição do trabalho dos escravos por trabalhadores livres vindos da Europa.

Na Europa no século XIX, recém-unificada em Estado-Nação (país), as mudanças sociais, políticas e econômicas ofereciam dificuldades de deslocamento e vários países colocavam obstáculos para imigrações internas no continente europeu. Na Alemanha, os camponeses encontravam dificuldades na agricultura e impostos elevados. Na Polônia havia uma disputa política de partilha territorial por várias nações, além da falta de liberdade política e religiosa. Na Itália unificada havia uma crise agrária que explorava os trabalhadores com salários irrisórios e desestruturava a sociedade rural, o que culminou no êxodo rural para as cidades, colocando os trabalhadores como exército de reserva, sem garantias de emprego, com baixos salários e ausência de proteção legal do trabalho. Assim, a vida na América parecia como uma esperança (CÂMARA; COSTA, 2011, p. 394)

Mauricio Câmara e Marli Oliveira Costa (2011, p. 396-397) afirmam que o Governo Imperial organizou as colônias de assentamento por meio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os colonos receberam títulos dos lotes pelo Serviço de Imigração. Na região Sul Catarinense foram fundados: o Núcleo Colonial Azambuja (1877); o núcleo de Treze de Maio, Pedras Grandes, Armazém e Aciolli de Vasconcelos e o núcleo de Urussanga (1878), o núcleo colonial São José de Cresciúma e o núcleo colonial Torres, em 1880.

A princípio, os italianos formaram um grupo relevante de imigrantes no Brasil no decorrer do século XIX.

Em determinado período eram em maior quantidade em relação aos imigrantes portugueses. Empurrados para dentro por um grupo de soldados, impedindo-lhes o retorno [...], os italianos acampam. Era o começo do núcleo de Criciúma (SACHET; SACHET, 1997, p. 127).

Percebe-se que, ao chegarem à América, os imigrantes encontraram muitas dificuldades, uma realidade diferente da que foi oferecida pelo governo e pelas Companhias de Colonização. Como consta em muitas obras, foram muitos os imigrantes que tiveram o desejo de voltar para sua pátria, em virtude das imensas dificuldades encontradas no novo país. Outras obras fazem menção significativa à presença dos italianos no sul de Santa Catarina como sendo os imigrantes europeus, os primeiros na aventura para a América. Segundo Baldessar, entre os

italianos do Vêneto circulava uma grande euforia e a cada passo surgia mais um candidato que se dispunha a deixar tudo em seu Vêneto e buscar a aventura na América. “Lançar-se rumo ao desconhecido era assustador, mas as condições dos colonos do norte da Itália também eram tão precárias que muito pouco teria a perder” (BALDESSAR, 2005, p. 31).

O pouco apoio governamental da Europa fez da imigração a única saída para as pessoas que naquele momento estavam perdendo suas terras, passando por necessidades. Chegando ao Brasil, neste estudo em particular, para o sul de Santa Catarina:

O imigrante era levado pela picada e nela lhe era mostrado o piquete de onde começava a sua propriedade e onde terminava. As palavras que acompanhavam o gesto de entrega eram os mesmos [...]: “Esta é sua propriedade. Pode tomar posse. Pode derrubar floresta, pode construir a sua casa, pode plantar e colher...” (BALDESSAR, 2005, p. 62).

Na citação anterior se percebe como os imigrantes foram introduzidos em uma terra estranha, sem qualquer preocupação por parte das empresas colonizadoras. Havia, então, grande interesse em povoar as regiões sul de Santa Catarina, não que as mesmas se encontrassem desabitadas, mas o interesse era de tornar produtivas as terras ocupadas pelos Xokleng. Mas, ainda segundo Baldessar, “os débitos contraídos deixaram os imigrantes assustados, angustiados e quase desesperados. Eles começaram a entender que se tinham metido num beco sem saída” (2005, p. 60).

Nesse quadro de expectativa ninguém se preocupou com a presença indígena e se alguém tivesse tido preocupações mais sérias a respeito, não faltaria quem dissesse que estava prejudicando a imagem do país na Europa, pois, na época os imigrantes eram disputados pelos escritórios de dezenas de Companhias de Colonização (SANTOS, 1973, p. 57).

Os imigrantes até então não imaginavam em que território havia depositado todos os seus sonhos. Não seria somente o indígena que mais tarde se tornaria para eles um grande problema, mas a situação a qual eles se encontravam. Pois o imigrante, como narra Monsenhor Baldessar:

Simplemente foi jogado no meio de uma floresta e ali esquecido. Entregue à sua própria sorte. Nas condições mais adversas... Atormentado pelo peso da grande empreitada... O imigrante se sentia sufocado. Asfixiado naquele abismo de desolação (BALDESSAR, 2005, p. 66).

As Companhias de Colonização, porém, trataram de passar aos imigrantes uma imagem idealizada do que encontrariam na América. Mais precisamente na região sul de Santa Catarina. Uma das primeiras questões omitidas aos imigrantes foi a presença do indígena, ou seja, que eles estariam, na verdade, ocupando terras que eram ocupadas pelos índios Xokleng.

Os estudos utilizados neste trabalho apontam que os Xokleng foram vítimas dessa apropriação indevida da terra, da busca da implantação das políticas de ocupação por “brancos” do território brasileiro, que os governantes da época buscavam para o país, uma ideia de progresso que não respeitava a vida.

O território Xokleng foi tomado pelo colono e estes povos tratados como sendo um mal que deveria ser eliminado. No entanto, parece que os indígenas não viram, a princípio, o perigo. “O comportamento pacífico do índio nos faz ficar boquiabertos de pasmo e admiração, pois ninguém de nós se comportaria tão pacífico se visse sua propriedade sendo invadida” (BALDESSAR, 2005, p. 177).

2.3 O ENCONTRO ENTRE IMIGRANTES E INDÍGENAS

Vários pesquisadores expressam a forma como os dois grupos se encontraram e a supremacia de um sobre o outro, dependendo da colônia e do período.

De início, os índios receberam bem os imigrantes e os trataram bem [...], houve uma convivência pacífica na qual os índios merecem nota mais alta pelo comportamento fraterno, pois eram os legítimos donos das terras que estavam sendo invadidas (BALDESSAR, 2005, p. 177).

No entanto, está evidente em algumas obras que nem toda a aproximação foi amigável, como expõe Goulart:

[...] O contato do homem branco com o índio, mesmo sem aproximação, foi um contato desagregador do modo de vida indígena... Os índios não se expunham para serem observados e as observações eram feitas por caçadores e Bugreiros, portanto, pessoas com um pré-conceito profundo contra os índios (1988, p. 18).

Referente à obra de Santos, o mesmo diz “que a terra estava sendo usurpada ao índio pela força. Os governos tinham seus interesses, as Companhias

de Colonização, também. É fácil compreender, portanto, que em muitos casos, tanto o índio como o colono foram vítimas” (1973, p. 20).

De acordo com Antunes (2006, p. 16), as colônias eram organizadas no território indígena, que até então compreendia a região do litoral e do planalto catarinense, tais regiões despertariam o interesse do governo, que considerava esses territórios como desabitados.

Os colonos chegaram e iniciaram o procedimento de corte de árvores para firmar suas colônias de agricultura, construir casas, igrejas, enfim, iniciar o processo de construção dos espaços que hoje conhecemos por cidades. De acordo com Selau, “a floresta ou a mata como era conhecida pelos colonos, era um lugar considerado perigoso e a civilização preconizava sua derrubada para que o progresso pudesse se instalar” (2010, p. 154).

Quanto mais mata era derrubada, mais longe o indígena teria que ir para conseguir sua caça, até mesmo para buscar abrigo, sendo assim, de acordo com Selau, os Xokleng começam a se sentirem incomodados com tamanha destruição.

Ao perceber que, a cada estação, porções maiores da floresta eram derrubadas e por consequência, partes cada vez maiores do território historicamente pertencente aos Xokleng era ocupado pelos imigrantes, os primeiros passam a reagir a presença destes, procurando retomar as áreas que possuíam antes da chegada dos imigrantes para garantir a preservação [...]. Não é de estranhar [...] que uma das estratégias [...] estivesse relacionada ao ataque (SELAU, 2010, p. 157).

Não só a invasão de seu território pelos imigrantes ocasionou problemas aos indígenas, mas o contato intensificado com os não índios expôs o índio às doenças desconhecidas pelo organismo dos mesmos, o que provocou muita morte. Goulart (1988) expõe que o fato destes grupos terem seu território dividido com o colono poderia não ser o maior dos problemas. Para ele,

O homem branco ia conquistando espaço de florestas mais e mais. Do outro lado o índio, com menos reserva de mata, menos caça, menos seguro ia cedendo contra sua vontade tudo ao homem branco, assim gerava carência de alimento e a fome tornava-se cada vez mais frequente. Daí procurava complementar sua dieta nas roças e terreiros do colono, pois ou morria de fome ou se arriscava morrer caçado pelo branco (1988, p. 25).

Percebe-se nesta narrativa que, mesmo os povos indígenas estando neste território antes dos colonizadores, eles sempre tiveram que lutar, não só por

sua vida, mas pela sobrevivência de todo seu povo, pois o “homem branco” julgava-se superior em relação aos Xokleng. De acordo com os estudos realizados por Antunes:

As condições de sobrevivência do indígena começaram a se tornar cada vez mais difíceis, pois cada dia que passava mais e mais terras eram ocupadas por parte dos imigrantes, que trouxeram consigo as cidades, as madeiras e as estradas. Todos estes contextos de implantação das cidades influenciaram na mudança direta dos hábitos e costumes dos habitantes dessas regiões. Para os indígenas. As florestas [...] se tornaram cada vez mais limitadas e desconhecidas (2002, p. 17).

Para Antunes, “a defesa do território que compreendia as colônias se daria de maneira violenta ao nosso ponto de vista, pois se deu através de alguns derramamentos de sangue nesses territórios que compreendiam as áreas do sul catarinense” (2006, p. 29).

Ao longo desse processo, pode-se dizer que o indígena não foi levado em conta pelas Companhias de Imigração e foi tratado como um animal selvagem, pois, para os colonos, eliminar um índio seria o mesmo que dar fim a um animal perigoso que poderia atacar suas casas e pôr em risco a vida de seus familiares.

O extermínio dos mesmos passava a ser visto de forma natural e como uma etapa evolutiva da civilização, já que poucos eram os que reconheciam nos indígenas uma sociedade digna de respeito e, no caso dos botocudos, menos ainda era o número de pessoas que acreditavam que os mesmos poderiam conviver com o modelo de civilização europeia (SELAU, 2010, p. 141).

Na ânsia em exterminar com o propósito de defesa, o “homem branco” não procurou em momento algum aprender o conhecimento que o indígena tinha: suas tradições, costumes, modo de viver, o conhecimento das ervas, do tempo, do cuidado com a natureza. Goulart reflete o quanto se perde quando não há trocas culturais.

[...] No entanto, o índio tinha coisas a nos ensinar, quando caçava, a caça era de todo o grupo. Ninguém enchia a barriga deixando companheiros com fome, ninguém era abandonado na miséria se morria o pai a mãe, outros cuidavam deles como seus filhos, e por outro lado, o índio observa o branco com um alto domínio técnico, ferramentas, armas, casas e não entendia e ainda não entende como o branco pode deixar muitos de seus semelhantes na miséria enquanto outros vivem na abundância e no culto do supérfluo (1988, p. 32).

Pode-se dizer que o próprio “homem branco”, o imigrante com quem seus antepassados dividiram espaço no início da colonização, foram também os responsáveis em disseminar a ideia de que o índio era um mal que devia ser combatido para o progresso, visto com um animal sem alma, muitas vezes morto sem a menor chance de defesa, era mais fácil eliminar o que se pensava ser um animal, algo que se considerava sem a menor capacidade de raciocínio do que tentar ter um contato para uma convivência amigável.

Esta ideia aparece também em alguns dos relatos escritos no livro do Padre João Leonir Dall’Alba, de 1997: “A História do Grande Araranguá”, onde antigos moradores narram experiências vividas por colonos e indígenas na disputa pelo território. O índio passou, a partir de um determinado momento, a ser visto pelos colonos imigrantes como um intruso. Muitas interrogações tornam-se convenientes fazer, interrogações que dizem respeito à postura ameaçadora em relação aos Xokleng. Teria ela, afinal, sua raiz fundamentada nos costumes Xokleng? Ou seria nada mais que uma triste consequência perante o processo de dominação e exploração a que foram submetidos no início do processo de colonização do território que outrora eram esses grupos Xokleng os únicos ocupantes? Temos conhecimento, por meio da literatura, que o extermínio ocorreu do modo mais cruel do que se possa supor, como foi relatado em algumas entrevistas cedidas ao Padre Dall’alba.

O senhor Pedro Marto Pereira, que na ocasião da entrevista ao Padre Dall’Alba, em 15 de novembro de 1985, tinha 78 anos, relata:

Minha gente veio de São Paulo... Chegou aqui, já comprou terreno e pegou a progredir. Os terrenos deles eram na barranca [...], contavam muitas histórias de bugres, quando eu era criança já contavam de tempos mais antigos que aqui matavam muitos índios sob as ordens de um tal de Nicolau... Contavam que havia muitos caçadores de índios, mandados pelo governo. Porque o povo tinha medo e não podia progredir. Mesmo quando eu era guri vinha saber que de vez em quando se matava índios por aí. Contam que saiam de noite de inverno. Chegavam lá, encontravam os índios todos ao redor do fogo dormindo, todos numa roda com os pés para o fogo. Índios, índias, crianças... Chegavam e matavam. Diz que índio quando dorme, dorme mesmo. Essa gente chegava. Era treinada, primeiro desarmava, cortando as flechas, depois metia o facão e tiros (apud DALL’ALBA, 1987, p. 25).

Torna-se evidente também nestes relatos que as colônias, como vimos, foram implantadas no território dos Xokleng, que, por sua vez, não aceitaram esta invasão sem esboçar reação (SELAU, 2010, p. 143).

O senhor Antônio Pedro Estevão, de 80 anos, também narrou sua história ao padre em 1985:

Minha mãe contava que havia muito bugre no mato, do outro lado do rio. Ainda estão lá dois pés de jabuticabeira onde os índios vinham comer jabuticabas. Moravam no morro mãe Luzia. Meu avó, mais o padrinho de meu pai, Daniel, caçavam anta, tatete e outros bichos lá em Criciúma. Eram dois homens que não tinham medo de nada. Partiam daqui abrindo picada a facão e iam fazer caçadas lá, faziam um ranchinho e charqueavam a carne das caças. Os bugres vinham pelo lado de fora do rancho em busca de fressuras para comer, as armas deles não eram de espoletas, eram de pedra de bater [...]. No mato, muitas vezes encontravam os bugres... Criciúma era um lugar de muito bicho, por isso era o lugar de mais bugre (apud DALL'ALBA, 1987, p. 215).

São raríssimos os relatos que apontam o índio como um indivíduo dócil, pois para Goulart:

A partir do momento em que o temor aos índios fazia com que se decidisse pela eliminação, se fazia pedidos às autoridades e se legitimavam as caçadas com apoio ou tolerância das autoridades, que sabiam que sob a palavra afugentar índios, estava sua eliminação total (1988, p. 27).

Foram estas narrativas, ao longo da história, que contribuíram para disseminar uma concepção preconceituosa a respeito do indígena. Isso é percebido também na entrevista ao padre Dall'Alba, em 15 de novembro de 1986, dada por Felipe Honorato de Freitas:

Os velhos contavam que os índios assustavam quando eles estavam cortando cana. Até um dia, um camarada foi lá cortar cana. Já estava alto o dia e estava um índio dormindo na palhada. Bateu as Mãos para acordá-los. Acordou e sumiu no canavial. Mas o índio não gostou daquilo e virou a perseguir o homem... Os índios eram perigosos e atacavam. Mas também tinha caçador de bugre [...], de noite atacavam, chegavam lá e estavam eles dormindo com os pés para a fogueira. Diz que, dormindo, eles assobiavam pelo beijo furado, uns roncavam. Aí caíam em cima de surpresa. Degolavam uns, furavam outros, tudo a facão. O Bugreiro ia lá com quatro ou cinco. Uma porção de homens armados de facão, de pistolão, de espingarda (apud DALL'ALBA, 1987, p. 194).

Para Goulart, esses Bugreiros “eram exímios farejadores de caminhos e trilhas por onde passavam os índios. Quando descobriam uma trilha, seguiam com

extremo cuidado rumo ao acampamento” (1988, p. 27). Ao que se percebe, não era dado ao indígena nenhuma chance de defesa, ele era cruelmente eliminado e assassinado pelos Bugreiros. Ainda para Dall’Alba (1987, p. 42) “enquanto pôde e da maneira como pôde, o índio resistiu, e sua sobrevivência dependeu muito de sua luta, pois as leis não lhes garantiam os direitos mínimos de integridade, ao contrário, serviam para justificar os ataques”.

Para complementar tal questão, Selau (2010, p. 169-170) coloca que a introdução das colônias foi a principal responsável pela desintegração do modo de vida dos Xokleng, e a obra de Goulart nos mostra que “as gerações passadas encaram o índio como um animal. Alguém sem alma, um bicho e o tratou como tal. Caçando-o sem nenhum sentimento humano. A geração presente também não questiona se tal foi justo ou não, se matar humanos enquanto dormiam era justo ou permitido” (GOULART, 1988, p. 31).

Em meio a toda essa violência, estavam as crianças indígenas. “O pavor e a consternação produzida pelo assalto foi tal, que os bugres nem pensaram em desfazer-se, a única coisa que fizeram foi procurar abrigar com o próprio corpo, a vida das mulheres e crianças” (SANTOS, 1978, p. 31).

O extermínio foi cruel, no meio de toda essa violência encontrava-se uma geração mais indefesa, as crianças. O que se tem de informação acerca das crianças Xokleng nesse período? O próximo capítulo busca mostrar essas questões.

3 A INFÂNCIA DAS CRIANÇAS FILHAS DOS XOKLENG NOS REGISTROS DOS MEMORIALISTAS

Este capítulo busca apresentar como eram percebidas as crianças filhas dos índios Xokleng nos escritos dos memorialistas.

Para tanto, em um primeiro momento, apresento algumas questões sobre o conceito de infância, criança e as preocupações com sua vida no mundo e no Brasil e, em seguida, mostro alguns aspectos de sua vida familiar e sua educação. Depois apresento como foram tratadas pelos caçadores de índios a partir de relatos dos memorialistas.

3.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, o mundo ocidental passava pelo processo que iniciou com a modernidade, e que diz respeito a compreender a infância como um período especial da vida humana. Nesse sentido, Jean Marie Gagnebin coloca que:

[...] Essa noção de uma idade profundamente diferente e a ser respeitada nas suas diferenças da idade e da vida adulta. [...] Sua emergência é geralmente localizada no século XVIII, com o triunfo do individualismo burguês no ocidente e de seus ideais de felicidade e emancipação (ARIES apud GAGNEBIN, 1997, p. 83).

Diversos autores, como Áries (2006), Gagnebin (1997) e Kulhman (2001), colocam que o surgimento da infância somente foi possível em função das transformações que a sociedade passava. A vida da criança recebeu importância no momento em que a alta taxa de mortalidade ameaçava a demografia (ÁRIES, 2006). Assim, foi necessário construir estratégias de cuidado e proteção para sua sobrevivência (KUHLMANN, 2001). Com o intuito de cuidar e proteger a moral das crianças pequenas é que “os colégios surgem para separar as idades dos alunos, que antes, na Idade Média, estudavam juntos, crianças e jovens (ÁRIES, 2006).

O conceito que hoje conhecemos de “infância” é algo construído historicamente. Ao longo de todo percurso histórico, várias foram as maneiras como a infância foi concebida. “A infância é um discurso histórico cuja significação está

consignada ao seu contexto e as variáveis de contexto que o definem” (KUHLMANN, 2004, p. 29).

A partir do momento em que começam a ser criados lugares para infância, as crianças passam a serem representadas como seres que necessitam de cuidados diferenciados, não mais tendo que dividir seu espaço com os adultos. Sendo entendidas na sua complexidade, como indivíduos que necessitam de carinho, atenção e educação diferenciada, um ser com direitos a serem respeitados. Por meio destas preocupações, aconteceram os primeiros movimentos relacionados ao bem estar da infância e com seu futuro.

Assim, podemos destacar que nas primeiras décadas do século XX ocorreram alguns Congressos preocupados com a sobrevivência das crianças, entre esses congressos podemos citar: o Congresso Pedagógico Internacional, de 1882, realizado em Buenos Aires; o Congresso Higiênico Pedagógico, em 1882, no México; o Congresso de Instrução, em 1883, no Rio de Janeiro; o Congresso Pedagógico Centro Americano, em 1893, na Guatemala; o Congresso Internacional de Assistência, em 1889, em Paris (KUHLMANN, 2001).

A ideia da realização de congressos dedicados à infância nasceu na Antuérpia, Bélgica, em 1894, repetindo-se em Bruxelas em 1895 e em Liège, em 1905. Em Paris, também em 1905, realizou-se o primeiro Congresso Internacional de Gotas de leite e o segundo dele em Bruxelas, em 1907, quando foi criada a União Internacional de proteção à infância da primeira idade - e o terceiro em Berlim, 1911, o Congresso Internacional de Proteção à Infância em Bruxelas, em 1912; o Congresso Internacional de Pediatria em 1913 em Paris; o Congresso Internacional de Proteção à Infância em Bruxelas, em 1912 e 1921. Na América Latina foram realizados os Congressos Pan-americanos Del Niño, a partir de 1916 (2001, p. 55).

A realização destes eventos, no contexto nacional e internacional, serviu para que se começasse uma grande mudança no âmbito social relacionado ao cenário em que a criança estava inserida, pois, após a realização dos congressos destinados à infância, foi possível dar visibilidade à criança, que passou a dispor de um lugar destinado exclusivamente a ela, com o devido respeito e importância que esta idade da vida necessitava (KUHLMANN, 2001).

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida, é preciso conhecer as representações de infância e considerar as

crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc. Reconhecê-las como produtoras da história (KUHLMANN, 2001). Em relação a essa fase da vida, que requer cuidados diferenciados, começam a surgir também preocupações com a educação das crianças pequenas. Pode-se descrever que é também somente após esses eventos que se passou a organizar funções e entidades destinadas aos cuidados da infância.

Enquanto o mundo buscava novos métodos de perceber a infância, traçando normas e criando leis que as protegessem, delimitando seu espaço para que as mesmas tivessem a chance de desenvolver-se em um ambiente sadio, longe das influências que muitas vezes eram negativas entre os adultos, na região sul de Santa Catarina, as crianças filhas dos indígenas não eram respeitadas em sua totalidade, sendo perseguidas e bruscamente afastadas de seus pais, muitas sendo brutalmente assassinadas.

3.2 AS FAMÍLIAS XOKLENG NOS RELATOS DE MEMORIALISTAS

Ao buscar informações acerca das relações familiares desses grupos no período desta pesquisa, percebi que são escassas. Encontrei em um livro, escrito pelo Padre Quinto Davide Baldessar, chamado “Os Imigrantes no confronto com os índios”, alguns comentários que remetem à forma como as famílias de Xokleng tratavam suas crianças. Diz ele que “as famílias não eram muito numerosas. Nunca uma mulher tinha duas crianças pequenas, a menos que fossem gêmeas. Antes que uma criança pudesse se governar sozinha, a mulher não engravidava novamente” (2005, p.13).

Por essa e outras razões, pode-se perceber que a quantidade de crianças que necessitavam de atenção especial de suas mães era relativamente pequena entre as comunidades indígenas. Talvez devido ao fato de que as crianças pequenas necessitavam serem carregadas durante os percursos em que os Xokleng se deslocavam. Muitas crianças dificultariam a locomoção.

Atualmente, são levantadas questões referentes à pequena quantidade de crianças em aldeias indígenas, como sendo vítimas de infanticídio por parte dos próprios indígenas. Embora não tenham sido encontrados relatos nas referências consultadas para este trabalho sobre a prática de infanticídio dentro dos grupos Xokleng no sul de Santa Catarina, mas, trata-se de uma prática cultural atribuída às

comunidades indígenas, compreendida como a morte proposital de crianças. Prática esta que, embora esteja sendo discutida pela sociedade, ainda é conservada por alguns povos indígenas no Brasil.

Com base nos vários estudos revisitados para este trabalho, pode-se inferir que o infanticídio é justificado por diversos motivos, entre eles, podemos citar a questão do nascimento de crianças com algum tipo de deficiência de locomoção, mas, o que não é caracterizado como um problema para outros membros, é, por exemplo, para a mãe, que teria que disponibilizar mais tempo à criança. Mas, pela questão de que as atividades destinadas a esse deveriam ser executadas por um familiar ou outra pessoa do grupo, acabava fazendo com que esse outro ficasse sobrecarregado, pois, além de seus afazeres habituais deveria dar conta de realizar o que era responsabilidade daquele, que por motivos de impossibilidade, não poderia executar.

Sabe-se também que nas comunidades indígenas os afazeres são distribuídos entre os integrantes do grupo. Embora também seja prática do indígena, a mãe ficar responsável pelos filhos, pela busca de alimentos e pelo preparo dos mesmos. Eles encaram que o nascimento e a vida de crianças com alguma deficiência seja uma questão a ser solucionada, não só pelas mães, mas deve ser discutida por todos do grupo. Caso a mãe deseje ficar com a criança, não caberá à ela a escolha, esta terá que ser discutida abertamente entre os membros da comunidade.

Segundo Coutinho (2007), o infanticídio indígena no Brasil é uma realidade que atinge, pelo menos, treze povos, entre eles, os Kamayurá, os Suruwaha, os Yanomami, os Kaiabi, os Kambeba, os Kaingang, além de outros povos localizados por todas as regiões do país (COUTINHO, 2007 apud SILVEIRA, 2011, p. 134).

Cabe salientar que, de acordo com a historiografia, cada povo diverge dos motivos que os levam à prática do infanticídio, embora, em alguns casos eles sejam unânimes. Entre eles, as possíveis justificativas ao infanticídio são: o nascimento de gêmeos, crianças com deficiências, filhos ilegítimos (SILVEIRA, 2011, p. 135).

Embora já citado que essa “prática cultural” não é comum entre os índios Xokleng, são conhecidas e descritas por alguns escritores como exercidas por outras tribos que, mesmo não tendo sacrificado suas crianças no momento do nascimento e mais tarde tendo diagnosticado alguma deficiência, estes correm o

risco de perderem a vida, e quando isso ocorre, é dever dos pais a eliminação das crianças.

Diante de alguns relatos de memorialistas, ao citarem as famílias indígenas, percebe-se que era evidente a preocupação destes grupos com relação às suas crianças. De acordo com Baldessar, “as crianças eram amamentadas pelas mães muito mais tempo do que fazem as mães civilizadas. Penso que ali está uma das razões que explicam a saúde, a força e a resistência do silvícola” (2005, p. 13).

Ao contrário do que tem sido disseminado, existia sim um cuidado com o bem estar dos pequenos, pois as mulheres eram responsáveis não só pelos cuidados com os filhos, cabia a elas a responsabilidade de todo trabalho pesado, sua própria subsistência dependia de seus afazeres, eram elas também quem cumpriam as tarefas de colher sementes, raízes e frutos. Era destinado também às mulheres das tribos todo trabalho artesanal, tal como fazer cestarias, tecer as redes, fabricar os brinquedos para as crianças, banhá-las, instruí-las, entre outras atividades.

Com relação à vida e educação das crianças indígenas no Brasil, Moreira (1999, p. 128-129) coloca:

[...] As mães índias, ao contrário, davam grande liberdade de movimento aos pequeninos e banhavam-nos constantemente. Carregavam-nos consigo e sempre os mantinham sob sua supervisão. [...] A vida dos indiozinhos na sua comunidade era repleta de jogos e brincadeiras [...], os jogos de bola, a imitação de animais e as brincadeiras na água dos rios também faziam parte do cotidiano da criança indígena.

É possível imaginar que esse grupo possuía uma cultura que levava em conta a vida de suas crianças. No entanto, com a chegada dos “não índios”, não só os indígenas adultos foram mortos, como também as crianças.

No início da colonização brasileira as crianças indígenas foram alvo dos projetos educacionais dos jesuítas.

3.3 QUESTÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Cabe lembrar que no início da colonização brasileira, os padres jesuítas em busca de novas ovelhas para o rebanho do Papa, tiveram grande importância na educação das crianças indígenas e passaram a ensinar, não somente as crianças indígenas, pois cabia a eles também a educação dos filhos dos gentios e cristãos.

Geralmente, as escolas ficavam em propriedades dos colonos, pois no decorrer do processo de colonização os filhos de escravos também frequentariam estas instituições. As crianças e os adolescentes indígenas foram tirados do convívio de suas famílias pelos jesuítas que buscavam, por meio de seus ensinamentos, impor sua cultura. Vem dos jesuítas, também, o hábito de aplicar castigos físicos como forma de punição.

Os religiosos da Companhia de Jesus travaram uma terrível batalha contra as forças do mal, que segundo eles, dominavam as terras do novo mundo “[...] Era preciso converter, por meio de catequese, os gentios à fé católica, pois tal estratégia garantiria a ‘pacificação’ do indígena e, portanto, a permanência colonizadora portuguesa” (MOREIRA, 1999, p. 129-130). De acordo com algumas obras, não era costume dos indígenas castigar suas crianças (SILVEIRA, 2011). Os indígenas apresentavam grande resistência em entregar seus filhos aos padres para a catequização. O Padre Luís da Grã enfatizou, em diversas oportunidades, que, diante da eminência da retirada da criança, as mães escondiam os filhos na mata, impedindo o acesso dos padres (SILVEIRA, 2011).

Embora no que antecede as ações dos jesuítas, todo o ensinamento era proferido às crianças indígenas pelos membros mais velhos das comunidades. Dentro desse processo, de acordo com o professor Macuxi, “os mais velhos sempre tiveram um papel muito importante na transmissão dos conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias antigas, das restrições de comportamento, das nossas concepções de mundo etc”. (2003, p. 131).

Para o indígena, a presença do professor era absolutamente dispensável, tendo em conta que qualquer indivíduo adulto da comunidade poderia ser um motivador de educação, daí a educação indígena ser vista como um processo em que os membros da comunidade socializam seus conhecimentos para suas descendências, na finalidade de dar continuidade aos valores e instituições considerados primordiais para o grupo.

Os mais velhos representam a memória viva da comunidade, a voz da experiência; sua missão dentro das sociedades indígenas consiste em explicar às crianças os conhecimentos do seu povo, a fim de que sua cultura continue a ser propagada de uma geração à outra, por isso os anciãos são bastante respeitados por todos dentro da comunidade. Esses cuidados para com os meninos e meninas indígenas revelam a especial atenção que eles recebiam de sua família e de sua

comunidade. Porém, também se registrou que a criança a ser preservada era aquela que pertencia à tribo e era por ela reconhecida (SILVEIRA, 2011, p. 39).

No anseio de impor sua cultura, não dispondo de uma metodologia exclusiva, os jesuítas muitas vezes eram enérgicos, o que fez com que muitos índios, após uma certa idade, abandonassem a catequização e retornassem para seu povo (SILVEIRA, 2011).

O sistema de catequização era marcado pela imposição. Os problemas com as crianças e com a própria evangelização dos adultos levaram os padres a optar, cada vez mais, por uma conversão pela sujeição e pelo temor. As pregações cristãs eram sempre obrigatórias, mesmo que não compreendidas pela totalidade dos índios, sob pena de rigorosos castigos (SILVEIRA, 2011, p. 43-44).

Para os jesuítas, as práticas como nudez, sexualidade, canibalismo, poligamia, entre outras, deveriam ser eliminadas e, quando evidentes, deveriam ser energicamente combatidas, pois traziam em sua essência características do mal, não fazendo nenhuma referência à cultura cristã que buscavam impor.

Nas aldeias, a educação indígena também não se restringia apenas aos bancos escolares, nem ocorria em situações convencionais, pois era possível aprender algo em qualquer tipo de relação social. Para Santos (1975, p. 72):

É obvio, entretanto, que em decorrência de seu trato com o branco, o índio já viveu diversas situações que lhe ensinaram a se colocar como membro de uma casta inferior. A alienação da realidade vivida, do grau de submissão em que se encontra, levava-o, em alguns casos, ao mascaramento de sua própria identidade.

A educação escolar chegou para esses povos como uma realidade desconhecida, colocada como algo com que eles tiveram que aprender a conviver. “Assim, é inconsistente a concepção de que a educação por si só poderá se tornar responsável pela introdução de mudanças substanciais na vida cotidiana dos indígenas ou no seu relacionamento com os componentes da sociedade nacional” (SANTOS, 1975, p. 74).

Os indígenas que habitavam as terras brasileiras ignoravam a instituição escola, no entanto, conheciam formas próprias de retratar os saberes desenvolvidos e transmitidos por meio da tradição oral, em seus idiomas próprios, sem precisar da escrita, ou seja, cada sociedade indígena possuía e ainda possuem um processo próprio pelo qual o indivíduo interioriza, de forma inconsciente, o mundo exterior,

com as suas regras e normas, adequando os seus comportamentos a essa realidade, um modo particular de ser, de garantir sua sobrevivência e sua reprodução. A educação das crianças Xokleng seguia esse modelo. Pode-se inferir que os Xokleng cuidavam e educavam suas crianças.

3.4 PERSEGUIÇÕES, MORTES E ADOÇÕES

Enquanto os indígenas cuidavam de seus filhinhos, preocupavam-se com a vida deles. Os “não índios” não pouparam essas crianças dos massacres, por vezes, algumas delas escaparam da morte. De acordo com os textos investigados para este estudo, percebe-se que entre os séculos XIX e início do século XX as crianças filhas dos índios Xokleng foram perseguidas por Bugreiros e quando não mortas, eram entregues ao governo ou ficavam com famílias por quem eram adotadas.

Santos (1997, p. 29), que se dedicou ao estudo das questões indígenas em Santa Catarina, encontrou em suas pesquisas esse tipo de violência contra as crianças. O autor afirma que “o número de crianças trazidas como troféus pelos Bugreiros não foi pequeno; sabe-se que em alguns casos, autoridades estaduais e um ou outro humanista os adotaram”.

Figura 2 – Crianças Xokleng



De chapéu com aba quebrada na testa é o Tenente do extinto Serviço de Proteção Indígena, Eduardo de Lima e Silva Hoerahn - o Pacificador dos Botocudos.

Fonte: Acervo Virtual Silvio Coelho dos Santos – <https://avisc.wordpress.com>

Santos coloca em relatos que as crianças retiradas do seu povo e adotadas por famílias abastadas tiveram grande dificuldade de adaptação ao meio em que foram introduzidas. Algumas delas morreram pouco tempo depois de serem adotadas, outras adoeceram, pois não conseguiam se adaptar, ficando sem se alimentarem e, enfraquecidos, eram alvos de muitas doenças.

Figura 3 – Martinho Bugreiro e suas vítimas



Fonte: Acervo Virtual Silvio Coelho dos Santos – <https://avisc.wordpress.com>

Durante o período de colonização na região sul de Santa Catarina, as crianças foram testemunhas das cruéis perseguições a seu povo. Muitas delas não

tiveram a chance de defesa, outras foram retiradas de suas famílias e, como animais, deixados sob os cuidados de outras pessoas fora de sua comunidade, como é o caso de Anita e Iracy, crianças Xokleng do vale do Araranguá. Ambas foram forçadas a adaptarem-se a uma realidade longe de seu povo.

Segundo Santos, “Iracy nunca se adaptou, tendo se rebelado diversas vezes, chegando a ser aprisionado e solto, amparado pelos benefícios da lei. Adoecido, viveu somente até a juventude, sem que tivesse assimilado a nova cultura e modo de vida fora da mata” (1997, p. 39). Quanto à Anita, Santos coloca que “fora adotada pelo chefe político Apolinário Pereira, cresceu, instrui-se e se tornou professora, ajudando a educar os filhos da nova sociedade que se implantava em detrimento da sua, que desaparecia” (1997, p. 30).

As ações praticadas pelos Bugreiros no século XIX e início do século XX causaram grandes problemas aos grupos indígenas, em especial às crianças, vítimas da austeridade que se fixou no período da colonização do sul de Santa Catarina.

Os relatos que narram a história de Iracy e Anita estão presentes em diversas obras de memorialistas que se propuseram a registrar tais acontecimentos, muitos destes foram baseados em entrevistas, como é o caso do Padre João Dall’Alba, em seu livro “A História do Grande Araranguá”, por meio de entrevistas de antigos moradores da região. Essas entrevistas podem reafirmar não só a história das duas crianças, mas de outras que ficaram apenas na memória dos que presenciaram ou ouviram falar das violências sofridas pelos indígenas.

Ao ser entrevistado pelo Padre Dall’Alba, em 1986, o senhor Perry Kretzschmar Pacheco, que naquele data tinha 86 anos, relembra que, por diversas vezes, presenciou os “Bugreiros” retornando de suas caçadas, trazendo não apenas mulheres, que geralmente eram capturadas para serem feitas de esposa do homem branco, mas também crianças, que eram trazidas quando seus pais já haviam sido mortos pelos Bugreiros. Segundo ele:

Os bugrinhos tinham idade de 4 ou 5 anos, um senhor que era agente do Hoepcke tinha um potreiro aí, com muita roseta, no outro dia eles andavam naquelas rosetas sem sentir nada nos pés, decerto aquelas amarras eram para adormecer os pés. Foi então que meu avô pegou e batizou com nome de Iracy. Esse veio a falecer com febre espanhola. Trouxeram mais indiozinhos, mas levaram para o norte. A Anita também era desse grupo. Essa ficou professora. O João Russo criou um, mas morreu. Devia ser lá por 1910, 1912 (apud DALL’ALBA, 1997, p. 21).

A ação dos Bugreiros ficaram marcadas na memória dos moradores entrevistados por Dall'Alba, essas lembranças eles costumam contar a seus netos e aos que chegam para visitá-los.

As investidas contra os acampamentos dos indígenas eram muitas vezes feitas a pedido de colonos que se sentiam ameaçados com a simples presença desses em suas terras, embora tenha sido enorme a quantidade de índios mortos, entre eles homens, mulheres, jovens e crianças. Como especifica Santos: “A noção de que o índio era uma ameaça aos projetos de progresso do civilizado praticamente anulava qualquer esboço de reação. Ao mesmo tempo, entre os brancos, criavam-se imagens de heróis para os executores do extermínio indígena” (1973, p. 86).

As atuações dos Bugreiros empreendidas contra os indígenas, eram contadas como façanhas de muita valentia. Algumas atitudes tornavam-se compreensíveis por parte dos colonos e autoridades, pois os mesmos não viam no indígena a figura de um ser dotado de razão, de sentimentos, eram considerados apenas animais que deveriam ser combatidos, ainda que “as ações desenvolvidas pelos Bugreiros, com o tempo, entretanto, não deixaram de causar impacto sobre certos habitantes da província, do país, e até mesmo do exterior” (SANTOS, 1973, p. 88).

Essas denúncias levaram à criação do Serviço de Proteção dos Índios (SPI), em 1910. Esse órgão seria responsável em pôr fim às atrocidades cometidas contra os índios.

A criação de um órgão específico para tratar de questões indígenas, que resultou na construção do SPI, surge de um movimento iniciado pela imprensa da época e que logo ganhou adeptos entre as classes cultas do país, revoltados com as chacinas e outras violações cometidas contra comunidades indígenas (RIBEIRO apud SILVEIRA, 2011, p. 54).

O SPI foi substituído pela Fundação Nacional do índio – Funai, em 1967, devido a denúncias contra suas práticas.

Pode-se concluir que uma das preocupações em garantir ao indígena certa segurança foi a criação do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI, o qual foi instalado em Santa Catarina com o objetivo de dar garantia aos povos indígenas, trabalhando para estabelecer uma convivência de paz nas colônias e acabar com as investidas dos bugreiros. “Porém, em 1967, o governo cria um novo órgão, a FUNAI, Fundação Nacional de Proteção do Índio, extinguindo o SPI, que vinha

apresentando alguns problemas, um deles seria o uso do índio como mão de obra escrava e a utilização indevida do patrimônio indígena” (SANTOS, 1997, p. 59).

Algumas narrativas apresentam os colonos como vítimas de violência empreendidas pelos indígenas, uma dessas narrativas é a história relatada ao Padre Dall’Alba, pela senhora Doraci Rocha Antônio.

Depois de certo tempo, deixaram de criar bugrinhos, minha avó contava que um vizinho dela criou uma bugrinha, desde pequenininha, foi no acampamento, matou os velhos e da bugrinha ficou com dó, e trouxe para casa. Criou. Já estava uma moça tinha uma meninota, mais dois pequeninhos. Um dia foi passear com a mulher e levou os dois pequenos, deixando a bugra e a outra filha em casa. Deviam ficar dois dias, mas voltaram no mesmo dia. Ainda longe de casa perceberam um cheiro de uma carne ruim. Quando chegaram, a bugra que eles criaram tinha matado a menina e estava comendo assada! Nem precisa perguntar o que fizeram com a bugra. Mataram. Nunca mais criaram bugrinhos (1997, p. 206).

Esta narrativa está presente em outras entrevista, na memória de outros antigos moradores da região de Araranguá. Porém conhecendo os costumes dos Xokleng, baseados em outras obras, pode-se convir que tal discurso possa ter sido facilmente criado para justificar as ações promovidas contra os indígenas, pois não há registro nas obras aqui analisadas que apontam o grupo Xokleng como canibais.

Diante dessa desvalorização e visão atribuída à criança indígena, dando a ela um *status* de animal capaz de tirar a vida de uma outra criança, percebemos que existia uma concepção de que o índio, até mesmo quando criança, era violento, pois não possuía alma ou sentimento. Categorias essas que pertenciam apenas ao “homem civilizado”, e ainda, no que se refere à infância, percebe-se que enquanto as crianças indígenas eram perseguidas, cruelmente assassinadas ou retiradas bruscamente de suas famílias, o mundo começava a ter uma preocupação com a infância. Começava-se a buscar caminhos que pudessem dar à criança mais espaço, tirando elas de locais que impediam de serem caracterizadas como diferentes dos adultos. Buscava-se também criar nos adultos um sentimento de que a criança não era apenas um mero brinquedo de diversão para eles, que estas necessitavam de um espaço único, lugar sadio, conviver com a natureza, onde pudessem aprender, brincar. Tornava-se perceptível então, a inocência e os cuidados que estas deviam ter, embora todos esses cuidados eram atribuídos apenas às crianças “civilizadas”, pois o indígena nunca esteve presente nessas discussões. Somente após a criação dos órgãos de proteção ao índio é que as crianças indígenas passam a ser percebidas.

4 CONCLUSÃO

O tema exposto neste estudo procurou dar destaque, dentro das questões indígenas, à infância das crianças Xokleng no sul de Santa Catarina durante o processo de colonização, do final do século XIX ao início do século XX.

As histórias dos índios foram muitas vezes citadas, apenas para caracterizar as imigrações ocorridas no Brasil, apresentar o povo indígena como obstáculo ao progresso e assim justificar sua quase que total extinção. Fato que atrela sua história ao olhar, muitas vezes, cheios de preconceito e estereótipos.

No primeiro capítulo procurou-se mostrar quem era o grupo Xokleng em Santa Catarina e quem foram os imigrantes europeus que vieram para essas terras a partir do final do século XIX. Sendo a presença indígena identificada como um dos obstáculos para que esses imigrantes ocupassem as terras que lhe foram destinadas, encomendavam o extermínio dos índios por homens que receberam a designação de bugreiros.

No segundo capítulo, apresentou-se como as famílias indígenas - e alguns relatos sobre as famílias Xokleng - tratavam suas crianças, no que diz respeito aos cuidados e educação. Para compreender o horror a qual foram submetidas as crianças, buscou-se referências sobre a mobilização da sociedade no cuidado com as crianças, de forma geral, no Brasil e no mundo, identificando que nesse período houve uma grande preocupação em ajudar as crianças a viverem e que, no entanto, os filhos dos índios não faziam parte dessas preocupações, visto o que ocorria no sul de Santa Catarina.

As crianças indígenas, acostumadas com uma vida de liberdade, atenção, também foram alvos dos colonizadores que buscaram impor sua cultura à força, suas doutrinas através das catequeses e dos castigos físicos. As crueldades a que foram submetidas as crianças indígenas causou um enorme problema para seus grupos. Somente a partir de 1910, com a criação do SPI, Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde com a FUNAI, é que começam a surgir “algumas” preocupações relacionadas ao direito do indígena.

Muito embora tenham sido criadas leis que buscam defender alguns direitos desses povos: Direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, à alimentação, à cultura, entre outros que se consideram de suma importância, além de buscar protegê-los da discriminação,

exploração, violência, crueldade e opressão, ainda é comum presenciarmos atitudes e acontecimentos que vão contra as leis criadas.

Estes acontecimentos podem ser facilmente justificados em uma sociedade onde sempre negligenciou a cultura e a vida de um povo visto como bárbaro e que se busca justificar todas as atrocidades a eles cometidos por serem considerados incapazes de serem civilizados.

Pelos relatos apresentados neste trabalho, compreende-se que o indígena perdeu, não só seu território, mas também o direito a educar suas crianças, exercer sua cultura, hábitos e costumes, pois foi confinado a viver em determinados espaços, impostos pelo Serviço de Proteção ao Índio, com o discurso de que era necessário para sua proteção, quando na verdade, o que se pode identificar é que este confinamento serviria para que os mesmos deixassem suas terras, seus hábitos de andar pelas matas, para não causarem danos aos novos proprietários.

Quanto à história das crianças Xokleng, apenas os relatos trabalhados neste estudo não oferecem informações substanciais, seria necessário trabalhar com as lembranças dos indígenas sobreviventes a esse massacre e que, hoje vivem em José Boiteux, no vale do Itajaí, em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Alisson Klaus,. **Padres e Xoklengs**. A construção do indígena na historiografia católica sobre a colonização italiana no sul do Brasil. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História-universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2006.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 2006
- BALDESSAR, Quinto. **Imigrantes: sua história, costumes e tradições**. Forquilha: Formsul, 2005.
- CÂMARA, Maurício Ruiz; COSTA, Marli de Oliveira. **A cidade como texto: tecendo saberes e conhecendo Criciúma**. São Paulo: Baraúna, 2011.
- COUTINHO, Leonardo. **“Crimes na floresta”** In Revista Veja. Edição 2021, de 15 de Agosto de 2007. Disponível em: http://veja.abril.com.br/150807/p_104.shtml. Acesso em:06/11/2015
- DALL’ALBA, João Leonir. **História do Grande Araranguá**. Araranguá: Orion, 1997. 519p.
_____. Memórias do Araranguá. Florianópolis: Lunardelli. 1987.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In: GHIRALDELLI, Paulo JR. (org). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOULART, Nivaldo A. **Sambaquianos, Carijós e Botocudos**. Ed. do autor. 1988.
- HOBOLD, Paulo. História de Araranguá. Araranguá: Ed. Do autor, 2005.
- KOCH, Dorvalino Eloy. **Tragédias Euro-Xokleng e Contexto**. Brusque/SC: Pallotti, 2002.
- KUHLMANN JUNIOR, M; FERNANDES, R. **Sobre a história da infância**. FARIA FILHO, L. M. de (org). A infância e sua educação; materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil) Belo Horizonte: Autentica. 2004
- KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e Educação (1820-1950): comparação e classificação**. LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M. de; FERNANDES, R. (orgs). Para a compreensão histórica da infância. Belo Horizonte: Autêntica. 2007
- LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina**, estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e sugestões para os Arqueólogos**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo. 1994.

_____. **Indígenas de Santa Catarina:** Histórias de povos invisíveis. Florianópolis. Letras Contemporâneas, 1999.

MANDULÃO, F. da S. **Educação na visão do professor indígena.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MARQUES, Monsenhor Agenor Neves. **Imigração Italiana.** Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga. 1878-1978. Urussanga: Gráfica Ribeiro, 1978.

MOREIRA, Maria de Fatima das Neves. **A infância no passado Brasileiro.** 500 anos de Brasil História e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SACHET, Celestino e Sérgio. **Santa Catarina 100 anos de História.** O livro: do povoamento à guerra do Contestado. v. 1. Florianópolis, 1997

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng.** Memória. Disponível em: <<https://avisc.wordpress.com>>. Acesso: em 09/11/2015

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil:** a dramática experiência dos Xokleng. Editora: EDEIBA. Florianópolis, 1973.

_____. **Os Índios Xokleng Memória Visual.** Florianópolis: UFSC, 1997.

SELAU, Mauricio. **A ocupação do território xokleng pelos imigrantes italianos no sul de santa catarinense (1875 -1925):** resistência e extermínio. Florianópolis: Editora Bernúncia, 2010.

SILVEIRA, Mayra. **O infanticídio indígena [dissertação]:** uma análise a partir da Doutrina da Proteção Integral. Florianópolis, SC, 2011. 201 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br>>. Acesso em: 03/11/2015.

ZANELATTO, João Henrique. Comparação da imigração europeia e inserção sociopolítica dos imigrantes e seus descendentes nas regiões sul, vale do Itajaí e norte de santa Catarina. (1850-1920). **Saeculum Revista de História** [24]; João Pessoa, jan./jun, 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/>>. Acesso em: 27/10/2015.